

O Escândalo da Homofobia - Imagens de vítimas e sobreviventes

The Scandal of Homophobia - Images of victims and survivors

Debora Diniz

Antropóloga, professora doutora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Foi coordenadora do Projeto Observatório sobre Direitos Sexuais nas Mídias Brasileiras, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

RECEBIDO EM: 10/03/2014

ACEITO EM: 03/04/2014

DOSSIÊ

RESUMO

Neste ensaio, analiso as imagens da homofobia em veículos de notícias no Brasil. As histórias de vítimas e sobreviventes que recuperei no formato de notícias são como uma antologia de existências comuns que o poder transformou em personagens públicos e de luto coletivo. Procuro mostrar como três regimes hegemônicos de enquadramento da violência homofóbica transitam pelas notícias: morte, ferida e luto são indícios que buscam na sexualidade, no corpo e no afeto as provas da homofobia. Minha tese é de que as imagens são como testemunhos visuais da realidade da homofobia. Se há uma política da verdade em curso nesses testemunhos, há também uma demanda ética pelo reconhecimento da violência homofóbica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia; Violência Homofóbica; Testemunho; Política de Verdade.

ABSTRACT

My aim is to analyse the images of homophobia published in the Brazilian news. The victims and survivors' stories are an anthology of common lives, which the power has transformed in public characters and in subjects of public grieving. I want to show how three hegemonic regimes of framing homophobic violence cross the news: death, wound and mourning are evidences of how sexuality, body and affect attest the existence of homophobia. My thesis is that images operate as visual testimonies of the reality of homophobia. If there is a politics of truth in these testimonies, there is also an ethical demand for recognition of homophobic violence in Brazil.

KEYWORDS: Homophobia; Homophobic Violence; Testimony; Politics of Truth.

A fotografia não rememora o passado (não há nada de proustiano em uma foto). O efeito que ela produz em mim não é o de restituir o que é abolido (pelo tempo, pela distância), mas o de atestar que o que vejo de fato existiu. Ora, esse é um efeito verdadeiramente escandaloso (Barthes, 1984, p. 123).

Fui apresentada à história de Luiz Antônio por uma foto escandalosa – adormecido pelo coma, ele não mirava a câmera¹. Seu rosto inclinado não descansava, mas esperava a morte. As feridas se misturavam às gizes e aos tubos de respiração. Luiz Antônio é descrito como um cabeleireiro de 49 anos, um sujeito alegre com a vida, mas brutalmente espancado por seguranças em uma boate no Rio de Janeiro. Sua irmã, Rosalina, o localizou em um hospital e contou a história à imprensa. O corpo de Luiz Antônio não suportou a violência, e seu caixão foi ornado com flores e um cartaz perturbador: “por que?” (**Foto 1**)². Na primeira entrevista à imprensa, ainda antes da morte do irmão, Rosalina se inquietava com a hipótese da homofobia: “não podem ter feito isso com ele porque ele era gay, ninguém merece passar por isso”³.

FOTO 1



Luiz Antônio morreu porque era gay. Um homem fora de uma norma que se postula como universal e absoluta para alguns – a heteronorma. Seu agressor é um personagem abstrato, descrito genericamente como um segurança de uma boate, um homem que corporificaria não apenas a masculinidade da norma hegemônica, mas a polícia da moral que persegue os transgressores mesmo em espaços protegidos para a sociabilidade marginal. Não há imagens ou narradores do que ocorreu na boate. Eram 40 câmeras de filmagem, mas nenhuma delas registrou a violência. A história de Luiz Antônio nos alcança pela imprensa, mas antes pelo testemunho de Rosalina, a irmã em luto.

Não sei dizer se a história de Luiz Antônio teria o mesmo impacto em mim se não o tivesse conhecido pela fotografia das notícias. Ele era “a imagem viva de uma coisa morta”, o que, para Roland Barthes, é a própria ontologia da fotografia (Barthes, 1984,

¹ Os nomes das vítimas, sobreviventes e testemunhas variam entre as notícias. Seguirei as grafias mais recorrentes quando uma mesma história foi tema de mais de uma notícia. Este artigo é resultado do projeto Observatório sobre direitos sexuais nas mídias brasileiras, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Após laudo, polícia do Rio crê que caso em boate gay foi homicídio. RJTV online, Rio de Janeiro, 29 maio 2003.

³ Gay achado ferido em boate está em coma. Tapajós online, Pará, 28 maio 2013.

p. 118). “Rosalina se desesperou com a morte de Luiz: ele era alegre e ficou em coma”, diz a legenda da montagem de fotos em que Rosalina reproduz o gesto de quem é surpreendida pelo horror, essa forma de violência que busca não apenas aniquilar a vítima, mas desfigurá-la (Cavarero, 2009) (**Foto 2**). Ao contrário do que diz Susan Sontag (2003) sobre as legendas de fotografias, “da alegria ao coma” não me parece ter explicado tampouco deturpado o que vemos. O texto dá voz à angústia do luto de Rosalina e retrata Luiz Antônio como no passado, por imagens de seus álbuns pessoais, e, como em um duplo inesperado, em um estado em que a fotografia provoca repugnância – desfigurado à espera da morte.

FOTO 2



Angelina se desesperou com a morte de Luiz: Ele era alegre e ficou em coma

Foi assim que coletei as imagens como vestígios de testemunhos: testemunhos dos sujeitos como vítimas ou sobreviventes da violência, mas também testemunhos de uma economia de poder e de verdade em curso – a da realidade da homofobia. Busquei as imagens desse real no estado passado, desse real que se esconde sob categorias penais sem corpo ou sexo – homicídio ou lesão corporal, vingança ou ódio. Diante da impossibilidade de ignorar o corpo sobrevivente de Luiz Antônio, a disputa não me parece ser mais sobre a imagem da violência, mas sobre os sentidos que a moveram. Há um referente incontestável no rosto ferido de Luiz Antônio em uma cama de hospital: ele foi brutalmente agredido. A pergunta passa a ser por que Luiz Antônio foi morto? “A Divisão de Homicídios assumiu o caso e apura como crime de homofobia, seguindo a portaria 574, criada em 2012 pela Chefia da Polícia Civil”⁴

Neste ensaio, analiso as imagens da homofobia divulgadas por veículos de notícias no Brasil. O *corpus* fotográfico é, por sua vez, um retrato da homofobia; uma foto a cada dois dias circula como notícia no país. Minha pergunta é simples – como a imagem testemunha a violência homofóbica? Apresento histórias e imagens de vítimas, sobreviventes e testemunhas. As vítimas foram aquelas que não resistiram à violência e morreram. Primo Levi (2004), ao contar sua experiência como sobrevivente dos campos concentracionários nazistas, dizia que as testemunhas completas são aquelas que naufragaram pelo terror. Luiz Antônio é uma vítima, a testemunha completa que não fala, mas que nos desafia a conhecer sua história pela última imagem antes de

⁴ Barbosa, Caio. Gay agredido morre e caso é tratado como homofobia. O Dia, Rio de Janeiro, 29 maio 2013.

morrer. Sua história é contada por Rosalina, a irmã que não presenciou a cena da violência, mas que chora sua morte. A voz de Rosalina nos alcança pelos noticiadores e fotógrafos. Mas, assim como Levi, há ainda os sobreviventes da violência homofóbica: esses contam sua história diretamente para as câmeras e para os escritores de notícias. Vítimas, sobreviventes e testemunhas são as vozes que conheci pela imprensa e que passo a descrever pelo jogo de reconhecimento em curso quando buscam contar suas histórias mediadas pelo texto de noticiadores ou pelas lentes dos fotógrafos.

Entre 1º de janeiro e 31 de julho de 2013, em torno de 600 veículos de informação, entre jornais, revistas e blogs de informação, foram monitorados por um clipping que agregou um vasto universo de notícias sobre sexualidade. Para recuperar a questão da homofobia, as notícias foram classificadas em treze categorias – adoção gay; adoção por pessoas do mesmo sexo; casamento gay; cirurgia de mudança de sexo; hermafrodita; homicídio contra gay; homicídio contra homossexual; homofobia; intersexo; pedofilia; poligamia; transexual; união civil. Foram recuperadas 20.767 notícias de 312 veículos impressos e online. As notícias repetidas, isto é, as replicações de um mesmo texto, foram descartadas. Foram ainda excluídas peças periféricas, tais como programação de cinema ou resenha de literatura. Após a primeira organização das fontes, o universo se reduziu a 6.467 notícias.

As notícias foram lidas integralmente e, após nova classificação de conteúdo, foram selecionadas 252 que tratavam da questão da violência homofóbica. Desse universo, 91 continham imagens da violência homofóbica no Brasil, sendo 94 imagens no total, assim distribuídas: 57 fotos de vítimas e sobreviventes, e 14 de agressores⁵. O restante das fotos era de testemunhas, de cenas de enterro ou funeral, ou de locais onde a violência teria ocorrido. A quase totalidade das imagens de vítimas e sobreviventes, 53, era de homens gays. Do total das fotografias, 33 foram retiradas de álbuns pessoais ou de mídias sociais, sendo de autoria da própria vítima, dos sobreviventes ou de suas relações pessoais, e 28 eram provenientes de agências de notícias ou de fotógrafos. Os veículos que divulgaram mais da metade das imagens foram G1, R7, RJTV online, UOL notícias, Correio Braziliense online, iBahia, Folha de Pernambuco online, Diário de Pernambuco e Bol Notícias. As famílias das vítimas e os sobreviventes foram informados sobre a reprodução das imagens neste ensaio como citação das notícias.

Entendo as peças que analisarei como notícias, mas não no sentido corrente da prática jornalística, e sim no sentido dado por Michel Foucault ao analisar a vida dos homens infames. Os homens infames seriam personagens anônimos, se não fosse o breve cruzamento, na história, de suas vidas com o poder. O que o arquivo guarda sobre eles são notícias, pois, segundo Foucault,

o termo “notícia” me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram (Foucault, 2003, p. 203-204).

As histórias de vítimas e sobreviventes que recuperei no formato de notícias são como uma antologia de existências comuns que o poder transformou em personagens públicos e de luto coletivo. As imagens são como “citações ou máximas” dessas existên-

⁵ Em geral, são retratados falados produzidos pela polícia.

cias (Sontag, 2003, p. 23).

Adotei critérios metodológicos semelhantes aos de Foucault para recuperar as “existências-relâmpagos”: a) as vidas deveriam ser de personagens reais; b) as vidas deveriam ter sido “obscuras e desventuradas” (Foucault, 2003, p. 205), ao que descreveria como comuns e marginais; c) as histórias deveriam ter sido contadas por algumas frases, mas, para mim, também sempre por fotografias; d) “de que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror” (Foucault, 2003, p. 206). A brevidade com que as histórias são apresentadas segue o ritmo da notícia em um tempo diferente do arquivo analisado por Foucault no século XVIII. As notícias que analisei são fissuras de um real que não alcançaria o estatuto de um texto público se não fosse pela violência; mas, exatamente por isso, o agendamento é a violência e não a história de um personagem individual. São notícias breves de personagens reais, cujas vidas foram comuns e marginais, e cuja imagem nos causa terror.

A MORTE - A SEXUALIDADE COMO PROVA

Não há disputa sobre a violência. Os corpos se exibem e se detalham pelas feridas. As legendas das fotografias ou o texto do noticiador não deixam dúvidas sobre a agressão. O referente da violência é um dado de realidade. Além da factualidade do ocorrido – uma cena de violência brutal –, o que move as notícias são os sentidos da realidade da violência: agressão entre homens ou ódio homofóbico? A resposta exige um giro persecutório pela verdade, diferente do regime de verdade que move o ethos noticioso, a quem bastaria o fato e os discursos contraditórios sobre ele. As notícias são relâmpagos de cenas de violência, e não peças de um jornalismo engajado ou investigativo. Os sentidos da violência são traçados pelos sobreviventes ou pelas testemunhas das vítimas, sem qualquer voz dos agressores. O mutismo dos agressores não pode ser considerado uma tomada de posição pelos noticiadores; a razão é concreta: eles são sujeitos que escapam ao tempo da notícia.

A disputa é sobre o enquadramento moral da violência: não é só uma classificação penal abstrata contestada pelas imagens e narrativas (homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal), mas uma classificação política sobre a precarização da vida de quem escapa à heteronorma (discriminação). As imagens das vítimas e dos sobreviventes são majoritariamente de homens gays e travestis. O homem gay é a vítima e o sobrevivente típico retratado pela imprensa. As mulheres de seu afeto, mães ou irmãs, são suas testemunhas. Raras são as lésbicas a exibirem seus rostos violentados ou a narrarem suas histórias de violência⁶. Essa representação desigual da violência não me parece um retrato da demografia da violência homofóbica – ela simplesmente nos mostra quem ascende à categoria de vítima e de sobrevivente, isto é, quem é o personagem com reconhecimento de testemunho pelas notícias. A imagem do homem gay pode ser antes um sinal da distribuição desigual da representação entre os fora da heteronorma que mesmo um indício da prevalência da homofobia violenta contra um único grupo.

⁶ Uma única imagem fez uso de dispositivos de encobrimento dos rostos de sobreviventes, “Sou como a Daniela (mas não posso contar)”. Minas Gerais. O Estado de Minas, 6 abr. 2013. A notícia descrevia a discriminação vivida por lésbicas em relacionamentos amorosos. Esse caráter excepcional da retórica imagética não deve ser negligenciado para a representação desigual das vítimas: os homens gays exibem seus rostos e suas feridas, e, entre as poucas lésbicas a se exibirem, algumas são “protegidas” pelo encobrimento do rosto. Não consigo avançar no sentido dessa diferença, dada a dupla exceção desta notícia – é uma das poucas a mencionar a discriminação sofrida por lésbicas e a única a encobrir o rosto de personagens.

A verdade da violência é uma inquietação policial. É na voz dos delegados que a fronteira entre homofobia e outras classificações criminais é lançada:

Segundo o delegado Jorge Veloso, da 74a DP (São Gonçalo), ele deve ser indiciado por homicídio qualificado (por motivo fútil), com dolo eventual (quando se assume o risco de matar). A pena pode variar de 12 a 30 anos de prisão. Para Veloso, o autor do crime pode não ter agido por homofobia, mas por vingança, após ter sido agredido.⁷

O delegado se referia à história de Eliwelton da Silva Lessa, descrito como um homem robusto, cujo sonho era morar em Copacabana e festejar o aniversário. Eliwelton foi morto por um motorista que o atropelou passando três vezes por cima de seu corpo. A briga a que se refere o delegado foi assim descrita pelo jornalista: “após provocar um homossexual e ser agredido, um homem jogou sua van contra ele, passou por cima do corpo e fugiu”.⁸ Mas a cena da provocação é descrita em detalhes ao jornalista pela polícia, para quem importa pontuar as performances sexuais e as dimensões dos corpos:

Segundo a Polícia Civil, Eliwelton da Silva Lessa, de 22 anos, caminhava com dois amigos pela Estrada Raul Veiga. Ao ver o trio, assumidamente homossexual, o homem zombou, lançando beijos em direção aos três. Eliwelton, que tinha 1,85 metro de altura e pesava cerca de 100 quilos, não admitiu e foi tirar satisfação com o homem, de 1,55 metro e idade entre 40 e 50 anos.⁹

Eliwelton era “assumidamente homossexual”, diz a polícia. Mas, ambigualmente, era um homem másculo, ao que parece mais forte e valente que seu algoz. A “satisfação” tomada por Eliwelton foram socos e uma gravata. Há uma métrica masculina em curso na descrição dessa cena violenta – são homens que atualizam a violência, mas é também um jornalista homem quem ouve a cena na voz da polícia, que parece não duvidar da gramática masculina sobre os corpos. Se por um lado Eliwelton desafiava o estatuto de gay pelas dimensões do corpo, por outro lado, o advérbio “assumidamente” não deve ser relegado à linguagem corrente. Ele se atualiza na descrição da polícia em seu sentido ontológico – aquele “que assume sua ideologia, suas posições diante da vida, sua opção sexual etc”¹⁰. Tirar satisfação é mais do que revidar a agressão; é expiar-se no corpo zombeteiro. Assumir-se é despossuir-se diante do poder homofóbico, é fragilizar-se diante da autoridade do outro de interpelá-lo pelo que se recusa a ser (Butler; Athanasiou, 2013).

A condição assumida de Eliwelton é uma peça-chave para a contestação da hipótese da vingança do delegado. Eliwelton está morto e seu assassino tem nome nas notícias: Hélio Galdino Vieira, um indivíduo de 37 anos que, “segundo testemunhas ouvidas pela polícia, [...] tem um comportamento violento e já teria se envolvido em outras brigas”¹¹. A testemunha integral não pode mais nos contar a história, cuja verdade é agora um segredo do agressor. É na ausência da confissão, essa peça central da investigação para as práticas de inquérito, segundo Michel Foucault (2002), que os

⁷ GRELLET, Fabio. Motorista passa por cima de gay após briga no Rio. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 maio 2013.

⁸ Idem. Motorista passa por cima de gay após briga no Rio. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 maio 2013.

⁹ Idem. Motorista passa por cima de gay após briga no Rio. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 maio 2013.

¹⁰ Instituto Antônio Houaiss. Assumido. In: _____. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹¹ Justiça decreta prisão de acusado de atropelar jovem homossexual três vezes em São Gonçalo. Extra Online, Rio de Janeiro, 4 maio 2013.

detalhes da violência e a imagem de Eliwelton ganham sentidos para a compreensão da homofobia. E é aqui que as notícias sobre violência homofóbica se aproximam dos regimes de verdade que movem as práticas investigativas – a prova é fundamental para o discurso que julga, mesmo para aquele que se postula neutro, como o texto noticioso.

Assim, é preciso provar que a vítima habitava um corpo transgressor à heteronorma e, nas palavras de Susan Sontag, “na maneira moderna de conhecer, é preciso que haja imagens para que algo se torne real” (Sontag, 2004, p. 138). Mas como tornar real a alienação prévia do corpo de Eliwelton? Como representar o caráter existencial do futuro anterior de alguém morto como “assumidamente homossexual”? Os álbuns pessoais de fotografias, em particular aqueles disponíveis nas mídias sociais, como o **Facebook**, fazem circular as imagens da identificação gay da vítima. Eliwelton aparece em uma cena de lazer, com um largo colar sobre o dorso despido e um leque azul com ideogramas chineses – uma performance contrastante à do corpo másculo que teria “tirado satisfações” e provocado a vingança de Hélio (**Foto 3**). Na mesma matéria, Eliwelton não é mais retratado; aparece apenas seu caixão na cena do enterro¹². A foto do enterro é assinada por um fotojornalista, e o enquadramento da cena marca o distanciamento entre quem vê e quem vivencia o luto – não há rostos ou biografias.

FOTO 3



As imagens fazem circular uma peça-chave para o desvendamento da verdade do crime – a vítima era alguém fora da heteronorma. A economia de verdade das imagens carrega uma ambiguidade para o sistema de imagem-texto como prova na retórica noticiosa: mais da metade das fotografias do corpus que analiso não foram tiradas por fotojornalistas. Essa é uma circulação inesperada de imagens, seja pela lógica da autenticidade do ethos noticioso, seja pela estética do enquadramento. A prova é a

¹² Justiça decreta prisão de acusado de atropelar jovem homossexual três vezes em São Gonçalo. Extra Online, Rio de Janeiro, 4 maio 2013.

imagem; não importa quem a produziu – ela representa Eliwelton como o personagem “assumidamente gay”, o homem forte que reagiu às provocações de Hélio, e que foi morto pelo ódio. Para esta última cena, o enterro é um rito ordinário sem rostos – a sequência fotográfica é o principal testemunho de que a homofobia matou Eliwelton.

A FERIDA - O CORPO COMO PROVA

“Isso-foi” é a exclamação, silenciosa ou sonora, de quem olha uma fotografia. Barthes assim a descreve, pois “a fotografia repete mecanicamente o que não mais poderá repetir-se existencialmente” (Barthes, 1984, p. 13). Há um ideal de realidade e de passado autêntico nesse jogo entre audiência e imagem fotográfica – o que é retratado pela imagem seria o que de fato houve. O sentido ontológico da existência diante de uma câmera é este: o que a fotografia mostra é o que se posicionou diante do aparelho. Não importa se foi um gesto artístico ou um instantâneo do cotidiano – a matéria esteve diante da câmera¹³. Mas Barthes fala mais do que simplesmente da ontologia do instante e da imagem; ele quer também lembrar o personagem representado pela imagem como alguém que não mais existe. Ao escrever “A câmara clara: nota sobre a fotografia”, Barthes (1984) expiava a saudade da mãe recentemente morta. Os capítulos são brevíários que transcrevem o que o olho admira de uma fotografia da figura amada ausente. Não vemos a foto mágica de Barthes, mas acompanhamos seu percurso sobre a verdade da imagem para nos mostrar que “isso-foi”; o futuro anterior de cada fotografia.

Conhecemos a foto de Barthes pelo texto, mas não somos autorizados a vê-la. Tampouco sabemos quem foi o fotógrafo que transformou o passado da mãe morta em monumento da saudade. O fotógrafo foi uma testemunha do passado e seu olhar foi imortalizado pela imagem da mãe ainda criança. O fotógrafo opera como um observador do real. Seu olho registra o que se transformará em monumento para arquivo, prova, lembrança ou, para o filho em luto, melancolia. A foto será o testemunho do “isso-foi”. É como um testemunho do “isso-foi” que percorri as fotografias dos sobreviventes da homofobia, aqueles que conheceram a fúria homofóbica, mas sobreviveram – enquadramento e estética importam para o que deveria ser exibido e visto, ao contrário da foto escondida da saudade. Os sobreviventes exibem seus corpos e suas feridas, e muitas vezes eles mesmos se fotografam para contar suas histórias de violência. O arquivo do testemunho dos sobreviventes é animado pelas marcas de violência em seus corpos. Não basta a palavra; é preciso a imagem da cicatriz.

IMAGEM 4



André Barbosa antes e depois da agressão sofrida em boate balneário Camboriú (SC)

¹³ É possível que peças imagéticas se apresentem como se fossem fotografias, mas na verdade são peças artísticas de elaboração e simulação. Mesmo que arbitrária, gostaria de traçar uma fronteira entre fotografia (isso-foi) e outras formas de arte da representação (se-isso-fosse).

“Ninguém admite que foi homofobia”, diz vítima de agressão após beijo gay” é a manchete da notícia que conta a história de André Barbosa, de 22 anos¹⁴. André exibe-se em uma composição típica do enquadramento noticioso – o antes e depois de um acontecimento (Foto 4). Ele foi espancado por um segurança em uma boate em Santa Catarina. Diz que agora é conhecido como a “bichinha que apanhou”. A fotografia do depois mostra André de frente para a câmera: seu olhar não enfrenta quem o olha, pois as marcas da violência parecem forçá-lo a pender o rosto para baixo. O rosto ferido é duplicado por ele mesmo, como em uma ilusão visual que nos obriga a reconhecê-lo sem a impressão da violência no rosto. André quer mostrar-se, ou melhor, sabe que precisa exibir o corpo ferido. Ele se fotografa e se representa por um texto publicado na mesma matéria, intitulado “relato da vítima”. Nele, descreve-se como um homem de 1,65 metro e o segurança que o agrediu, como alguém de 1,80 metro, em uma gramática de construção de si mesmo como a vítima legitimada não só pelas marcas, mas também pela anatomia dos homens.

André conta ter sido agredido após um beijo gay em uma “festa hétero”. A geografia da violência importa tanto quanto o perfil do agressor: diferentemente do segurança de Luiz Antônio, que policiava um espaço de sociabilidade alternativa, o segurança de André vigiava a ordem hegemônica. Por isso, a primeira interpelação do segurança a André foi “não quero mais ver você beijando aqui dentro!” A interpelação do poder, ou, nos termos de Louis Althusser (2008), da “ideologia”, convoca os corpos a se apresentarem ou se disciplinarem de acordo com as normas. A interpelação exige um reconhecimento do sujeito como alguém submisso ou desviante. A identificação de André como sujeito fora da heteronorma parece ter sido suficiente para que o segurança o interpelasse fisicamente (“senti um cutucão no ombro e quando me virei já levei uma cotovelada no peito”, diz André), e a reação dos colegas (“começaram a chamar o segurança de homofóbico”), um estímulo para a expulsão e a cena final da violência:

Meus amigos tentaram me acompanhar, mas foram barrados no caixa. Do lado de fora da casa, dois seguranças me arrastaram para um jardimzinho na lateral da boate. Eu ainda estava preso pelo pescoço com a cabeça abaixada quando levei a primeira joelhada no rosto. Tentei proteger a cara, mas não consegui. Eles só queriam bater no meu rosto, era soco e joelhada. Eles gritavam “viadinho de merda”¹⁵

André é interpelado pela força da heteronorma como um sujeito concreto – aquele que beija outro homem, isto é, como um gay. Sendo surrado, não pode esquecer quem o outro determina que ele seja – “viadinho de merda”.

Sermos sujeitos é sermos interpelados continuamente pelas normas de subjetivação. A heteronorma é uma delas, um “sempre-já” que nos antecede e nos acompanha como corpos com identificações sexuais (Althusser, 2008). Não há existência fora das regras de subjetivação. A subjetivação é uma forma permanente de relacionar-se com os outros, mas também um mecanismo de despossessão (Butler, 1997). A inteligibilidade de um sujeito pressupõe a despossessão prévia de seu corpo. Se essa é uma das regras fundamentais de sociabilidade, há uma diferença entre a subjetivação que nos movimenta para o reconhecimento e aquela que nos transforma em sujeitos ininteligíveis.

¹⁴ Alessi, Gil. “Ninguém admite que foi homofobia”, diz vítima de agressão após beijo gay. Uol Notícias, Santa Catarina, 28 maio 2013.

¹⁵ Alessi, Gil. “Ninguém admite que foi homofobia”, diz vítima de agressão após beijo gay. Uol Notícias, Santa Catarina, 28 maio 2013.

André sofreu interpelações injuriosas – na boate e após o acontecimento. Não apenas seu corpo foi objeto de subjetivação pela alienação que caracteriza os encontros intersubjetivos, mas sua existência é precarizada pela heteronorma. Se todos experimentamos a precariedade da vida, porque habitamos corpos vulneráveis e passíveis de agressão externa, alguns corpos são mais vulneráveis que outros (Butler, 2009). É essa desigual distribuição das políticas de precarização da vida que Judith Butler e Athena Athanasiou descrevem como “descartabilidade marcada” (assigned disposability) para alguns sujeitos (Butler, Athanasiou, 2013, p. 20).

Para superar as políticas de precarização da vida fora da heteronorma, os sujeitos criam territórios alternativos de sociabilidade. As boates foram os cenários mais comuns das histórias de violência. No entanto, mesmo nesses espaços, ora mais protegidos, como era o caso de Luiz Antônio, pois era uma boate gay, ora menos, como para André, que estava em uma “boate hétero”, figuras liminares transitam para garantir a soberania da heteronorma – os seguranças. Se, de fato, os seguranças são sempre os (únicos) agressores das vítimas e dos sobreviventes, as notícias como relâmpagos do real não são capazes de esclarecer. Mas me parece interessante explorar essa figura recorrente do “vigilante da ordem moral” como alguém liminar entre os territórios para os fora da heteronorma. A boate permitiria que os corpos se exibissem tal como imaginariam ser, mas os seguranças são as figuras que, ao interpelá-los, não apenas os devolvem à identificação de transgressores sexuais, mas também inauguram novas formas de subjetivação.

Os fora da heteronorma são sujeitos vulnerabilizados pela violência epistêmica que os subalterniza. Se essa é uma experiência compartilhada por todos nós, há uma diferença entre sofrer subjugação moral e vivenciar a atualização da norma pela força física. A violência é uma forma brutal de subjugar os indivíduos à ordem moral hegemônica. Vítimas e sobreviventes são personagens que experienciaram a inscrição normalizadora pela violência ou, nos termos de Veena Das (2008), que passaram de vulneráveis a vítimas. Ser vulnerável não é o mesmo que ter experimentado a violência normalizadora no corpo: os fora da heteronorma são vulneráveis à moral hegemônica que lhes precariza a existência, mas alguns são ainda disciplinados com a força física ou com a sentença de morte. A violência física é, talvez, o instante mais cruel de atualização da heteronorma, e a imagem é o testemunho material de como ela se inscreve nos corpos. As imagens nos sensibilizam para a passagem do vulnerável à vítima.

Veena Das (2008) analisa a vida cotidiana de mulheres indianas Punjabi como sobreviventes da violência que as deixou sem lugar após a partição da Índia. Em um dos artigos mais delicados que já li sobre violência e sobrevivência, Das nos conta a história de Asha, uma mulher que enviuvou sem filhos e que teve a vida costurada por mecanismos e estratégias sutis de realocização nas redes de parentesco e sobrevivência. Das deseja mostrar que ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima, pois Asha é um testemunho de como sobreviveu se redescrevendo pelas brechas de vida possível para uma mulher viúva e sem filhos. Das procura, então, traçar a fronteira entre as experiências de vítima e vulnerável: são “complexas transações entre o corpo e a linguagem”, diz ela, “que podem “dar voz e mostrar a dor que foi infringida e, assim mesmo, oferecer testemunho ao dano infringido à totalidade do tecido social” (Das, 2008, p. 219, grifos no original, tradução livre).

Os sobreviventes da violência homofóbica foram vítimas do poder normalizador que

avança pelos corpos para discipliná-los. Eles assim se apresentam pelos murmúrios que escapam ao texto de quem noticia e pelas imagens que protagonizam nas notícias. Talvez o futuro lhes permita se redescobrirem pelas brechas da heteronormia e não exclusivamente como vítimas. No entanto, o regime de tempo imposto às notícias – relâmpagos do real no agora – faz com que a apresentação pública de André seja de um sobrevivente da homofobia. Há uma gramática em curso para se apresentar como vítima: voz e rosto devem sustentar essa identificação. André compartilha do tempo da notícia – ele precisa exhibir-se antes que as marcas da violência desapareçam de seu corpo. Mas para isso é necessário inventar maneiras de testemunhar o que ainda não é reconhecido como inteligível: assim os sobreviventes exibem as marcas da violência e buscam, pelo texto, provocar fissuras no enquadramento.

Há três identificações em curso na história de André: o sujeito transgressor da heteronormia, que beija outro homem; o sujeito sobrevivente da violência; e o sujeito testemunha contra a heteronormia. Ao final de seu relato, André escreve: “eu mesmo nunca me preocupei com os direitos gays até agora” (sem grifos no original)¹⁶. André é um supertestis, uma testemunha sobrevivente, e sua imagem é a prova de que resistiu à brutalidade da força que matou Luiz Antônio. Mas ele também se lança como testis, uma testemunha da violência epistêmica a que se encontra submetido como uma pessoa fora da heteronormia (Agamben, 2008). Uma economia política da ilegitimidade é negociada pela apresentação das imagens dos sobreviventes da violência. Assim como mostraram Didier Fassin e Estelle D’Halluin sobre os corpos traumatizados pela violência que buscavam asilo na França, “o corpo não é mais o locus no qual o poder se manifesta, mas o lugar no qual se experimenta a verdade do indivíduo sobre quem ele é” (Fassin; D’Halluin, 2005, p. 597, tradução livre). Em um momento da política francesa de imigração, a verdade da tortura passou a não ser mais suficiente para o pedido de asilo político da vítima; foi também preciso que testemunhas periciais atestassem a presença do trauma como parte constitutiva do sujeito que sofre.

A verdade da homofobia é disputada como parte da engrenagem de inquérito em curso nas notícias. Parece-me ser o espírito do inquérito o que move o enquadramento das notícias – tanto de vítimas quanto de sobreviventes –, pois, na ausência da confissão, a imagem é prova testemunhal. Mas é particularmente para os sobreviventes que a imagem é requerida, pois o horror não é imposto como um absoluto. Na cena do enterro de Eliwelton, não há pose para a fotografia: o horror está ali representado por um ícone, o caixão. Já o sobrevivente posa para a fotografia – ele se lança diante da câmera antecipando o que precisa ser mostrado para comprovar seu estado sofrido e seu estatuto de sujeito violentado. Luiz Antônio, na última imagem antes de morrer, não posa, uma indiferença que desafia a natureza da fotografia, segundo Barthes (1984), de sempre nos levar a posar. É nesse marco da exibição das feridas que a única vítima masculina fotografada a não exibir o rosto se fez representar pela metonímia do corpo visível e violentado: a ferida em uma imagem de raios X (**Foto 5**).

FOTO 5

¹⁶ Alessi, Gil. “Ninguém admite que foi homofobia”, diz vítima de agressão após beijo gay. Uol Notícias, Santa Catarina, 28 maio 2013.



Ele é apresentado como L.N., auxiliar de enfermagem de 23 anos, que acusa pastores e obreiros da igreja Visão Missionária em Curitiba de o terem agredido em uma tentativa de exorcizar o demônio de seu corpo. L.N. disse que decidiu ir à igreja para buscar paz espiritual depois de um rompimento amoroso. Ele conta que se sentiu incomodado já no início da celebração quando, segundo ele, o pastor disse que pessoas homossexuais e envolvidas com drogas estavam possuídas pelo demônio. Depois ele começou a dizer que os demônios iam sair e fez uma oração, eu acho que é um tipo de hipnose que ele faz, porque quando ele apontou para mim eu desmaiei, disse1. L.N. se debateu, foi contido, e uma série de exorcismos em público foi feita. Ao final, se deu conta de que o braço estava fraturado. A explicação dos pastores e obreiros foi que o demônio, e não eles, havia ferido L.N. Já o advogado da igreja disse que a lesão no braço foi resultado de um “acesso de ira” de L.N., que ele teria sido contido para não agredir outras pessoas.

O rosto de André e a radiografia de L.N. movimentam uma gramática que anuncia a estética do testemunho nas notícias. As imagens são diretas, com enquadramento no rosto do personagem ou nas feridas do corpo, e muitas delas são produzidas por quem vivenciou a violência: a testemunha-sobrevivente se confunde com a testemunha-fotógrafo. A novidade dessa sobreposição é que ela se movimenta por uma recente brecha de reprodutibilidade das imagens com as mídias sociais: as fotografias são objetos produzidos não apenas pelos fotojornalistas, mas também pelas vítimas. O olho que testemunha pode ser o mesmo que chora, uma ruptura importante para a política do luto público e do reconhecimento de vidas deslegitimadas pelos poderes, mas que, para se atualizar como prática, pressupõe alguma interseção entre a lógica da prova-fato das notícias e a da prova-existência dos sobreviventes. O gesto sobrevivente de autorretratar-se como corpo sofredor faz com que as imagens sejam também sobreviventes da violência e, por isso, testemunhos históricos e políticos.

Quando publicadas, as imagens produzidas pelos sobreviventes são “imagens apesar da homofobia”, se posso ecoar a expressão de Georges Didi-Huberman sobre a controvérsia causada pela exibição de quatro fotografias clandestinas feitas por um sonderkommando que retratou a solução final nazista do campo concentracionário de Auschwitz (Didi-Huberman, 2012). É do cerne da gramática da construção de uma notícia, do ethos jornalístico da prova como tecnologia de inquérito para a produção da verdade, que vítimas e sobreviventes passaram a divulgar imagens produzidas por eles mesmos. Ou, dito de outra maneira, é na dobra da verdade noticiosa com o testemunho que a verdade da homofobia emerge apesar de tudo. Se a foto for mesmo uma tecnologia de testemunho, ou, mais ainda, uma forma de testemunho, Luiz Antônio,

apesar de seu estatuto de sobrevivente e de alguém que não mais narra sua dor, é capaz de testemunhar. Ao contrário de Levi, que acredita que o muçulmano dos lagares não testemunha, talvez a nova política de reprodutibilidade das imagens altere o estatuto de mutismo da testemunha completa. A verdade da homofobia parece movimentar um regime de verdade solidário entre imagem e texto – e, para tanto, a aparição das vítimas e dos sobreviventes torna-se fundamental. Elas se transformam em acontecimentos visuais sobre o horror da homofobia.

O LUTO - O AFETO COMO PROVA

Sontag entendia as fotos como transitivas – retratam e transmitem afeto, dizia ela (Sontag, 1997, 2003; Butler, 2009). Mas essa não foi uma constatação fácil: de uma postura cética sobre a potência da fotografia para nos mover à solidariedade, Sontag (1977, 2003) passou a pensá-las como algo que fere fundo, por isso nos persegue na lembrança. Sua tese inicial era que, após uma longa e permanente exposição às imagens de atrocidades, as fotografias se banalizariam e se tornariam menos reais. Por isso, perderiam seu poder de nos ferir a memória. Duas décadas depois, ela se inquietaria com o que disse: “isso é verdade? Achei que era, quando o escrevi. Agora, não estou tão certa. Qual a prova de que as fotos produzem um impacto decrescente, de que nossa cultura de espectadores neutraliza a força moral das fotos de atrocidades?” (Sontag, 2003, p. 88).

Não temos provas que respondam a nenhuma das teses de Sontag sobre os poderes da fotografia para nos mover no campo político ou para alterar nossos regimes de valoração das vidas. E nem sei se precisamos sair à procura delas. Compartilho que “recordar é um ato ético” (Sontag, 2003, p. 98), e recordar histórias de sofrimento por fotografias é deslocar-se no campo ético da política de reconhecimento – não são números descorporificados o que a homofobia mata ou agride no Brasil, são indivíduos com biografia, direitos e vínculos rompidos pela violência. Mas, para que recordemos, é preciso ser apresentados às histórias, ou seja, é preciso provocar os esquemas de inteligibilidade sobre as vidas enlutáveis (Butler, 2009). Rosalina chora a saudade do irmão. A mãe de Eliwelton saiu amparada do enterro do filho e não deseja mais falar sobre o passado. Eleonora Pereira transformou o trágico luto pelo filho, José Ricardo, em ação política – hoje, é uma das integrantes do movimento Mães pela Igualdade: “tenho milhares de filhos para cuidar”, diz ela em uma metáfora coletiva da ética da interdependência, mas também da justiça do reconhecimento¹⁷.

José Ricardo era o filho caçula de Eleonora. Aos 24 anos, foi espancado e morto por dois homens desconhecidos em Recife. Diferente das outras histórias, entre o crime e a notícia que li sobre José Ricardo e sua mãe, já haviam passado três anos. Isso permitiu um tom assertivo na retórica investigativa, com conclusões sobre o crime: “a Polícia Civil de Pernambuco identificou, prendeu os suspeitos do crime e concluiu: o rapaz foi vítima da intolerância sexual”¹⁸. Eleonora tem dois alvos na luta contra a homofobia – a mãe, como o agente do reconhecimento doméstico para a proteção, e o que ela genericamente descreve como justiça. Durante as investigações, Eleonora suspeitou que a delegada que conduzia o caso era homófoba, pois “afirmou que ele era culpado da morte por ser gay e estar em uma via pública à noite. Então se você é homossexual,

¹⁷ “Tenho milhares de filhos para cuidar”, diz mãe que luta contra homofobia. G1, Pernambuco, 8 maio 2013.

¹⁸ Idem, G1, Pernambuco, 8 maio 2013.

tem que ficar trancado, preso?”¹⁹. Mas suas interpelações não se dirigem apenas aos poderes policiais e criminais, apontando também para a figura que representa o afeto primário, as mães: “não é porque o filho se identifica homossexual a partir de um momento que merece ser excluído. É nessa hora que você vai deixar de ser mãe?”²⁰. As perguntas de Eleonora direcionadas ao poder policial ou ao poder familiar são interpelações à ordem moral que matou José Ricardo.

FOTO 6



As fotografias de Eleonora e José Ricardo combinam passado e presente. A presença do filho nas duas fotos provoca a linearidade do tempo, mas também desafia a importância de as políticas de reconhecimento se moverem para além da morfologia do humano. Há diferentes regimes de precarização da vida; José Ricardo foi morto por um deles – a homofobia. O luto de Eleonora é pelo filho, mas tem um alvo ético, que não se resume à figura criminal dos dois agressores. São regimes diferenciais de poder e reconhecimento que movem nossas políticas de proteção à integridade corporal: se a vida de José Ricardo era tão vulnerável ao ponto de não poder mover-se livremente pelas ruas, a ação política exige um giro ainda mais primário que o de reconhecimento da injustiça da discriminação sexual; é preciso alterar os regimes de inteligibilidade dos corpos. O filho gay precisa ser inteligível como uma vida digna de ser vivida. Como José Ricardo está morto, resta alegoria dos “milhares de filhos”.

Eleonora sabe disso. Ela é uma testemunha afetiva da crueldade da homofobia. Suas fotos são como imagens panfletárias: o enquadramento é, agora, posado e ela não teme esconder seu ponto de vista. As legendas intervêm no real fotografado, tal como previsto por Walter Benjamin ao pensar o futuro da fotografia e seus usos políticos:

¹⁹ Idem. G1, Pernambuco, 8 maio 2013.

²⁰ Idem. G1, Pernambuco, 8 maio 2013.

“aqui deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa” (Benjamin, 1985, p. 107). “O filho não sai da memória” e “esclarecer a morte do filho” são alguns dos trechos das legendas que dificultam qualquer senso de vagueza sobre como elas buscam nos “tocar fundo” para a memória ética do luto da mãe. José Ricardo, na primeira imagem, é uma miniatura enquadrada na foto noticiosa – se a pose foi uma decisão do fotógrafo ou de Eleonora, o “isso-foi” da existência se metamorfoseia em “isso-é: homofobia”. Os dizeres da camiseta de Eleonora antecipam a compreensão do que vemos, garantindo que sua legenda sobre as imagens também será lida: “eu voto contra a homofobia”.

A composição da primeira foto – o filho morto se fazendo presente, a imagem dentro de outra imagem, a bandeira gay como papel de parede, as legendas de Eleonora – poderiam desafiar o sentido de autenticidade que anima as fotos noticiosas. Diferentemente da arte, diz Benjamin, cujo senso de autenticidade seria a aura – aquele componente histórico, espacial e temporal, portanto, único da composição original –, a autenticidade do fotojornalismo se sustenta por uma expectativa de verdade daquilo que é retratado (Benjamin, 1985; Sontag, 2003). A verdade não é apenas o congelamento do instante – o fetiche das imagens de guerra –, mas a sinceridade do que se apresenta como evidência para a notícia. Eleonora tem fotos do filho pela sala de sua casa, é uma mulher representante do movimento Mães pela Igualdade, e sua voz é um permanente lembrar do luto causado pela homofobia. Sua pose é seu testemunho. Entendo essa foto como uma peça autêntica de testemunho visual e, ainda, como um indício de outra função social da arte, tal como descrito por Benjamin ao traçar uma história quase-profética da fotografia: “no momento em que o critério de autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política” (Benjamin, 1985, p. 172).

O testemunho das mães pela igualdade, o rosto e a voz de Eleonora são gestos políticos que têm na imagem um dos instrumentos para desafiar o marco hegemônico que reconhece o luto de uma mãe, mas apenas marginalmente a precariedade da vida fora da heteronorma. Conhecemos o luto de Eleonora pelo texto da notícia, mas lembramos mais fortemente sua imagem ao lado do filho. Sentimos a autenticidade da saudade do filho morto tão precocemente:

para mim, a dor maior foi preparar o enterro. Quando você vai ter um filho, compra o enxoval, escolhe a roupa para sair da maternidade, arruma o berço. Nesse momento da partida, o berço passa a ser o caixão, você compra flores, é obrigada a escolher uma roupa para enterrar seu filho, e aí é só tristeza porque você sabe que nunca mais vai vê-lo ²¹

Para o testemunho, linguagem e imagem são solidários (Didi-Huberman, 2012). Lemos o testemunho de Eleonora; somos tocados pelas fotos de seu filho e seu luto. É assim que a “fotografia ‘argumenta’ a favor de que uma vida seja digna de ser chorada: seu pathos é, ao mesmo tempo, afetivo e interpretativo” (Butler, 2009, p. 141). É assim que a fotografia se apresenta também como um testemunho visual nas notícias.

O OLHAR DAS IMAGENS

²¹ Idem. G1, Pernambuco, 8 maio 2013.

Ao pensar as fotografias de guerra e atrocidades, Sontag acreditava que os “mortos se mostram completamente desinteressados pelos vivos: por aqueles que tiraram suas vidas, por testemunhas – e por nós”; e ainda se inquietava: “por que deveriam procurar nosso olhar? O que teriam a nos dizer?” (Sontag, 2003, p. 104). No caso deste corpus fotográfico, eu arriscaria dizer que vítimas, sobreviventes e testemunhas buscam o nosso olhar; eles se interessam por nós. As imagens nos buscam para que acreditemos que a homofobia existe, pois seus personagens foram interpelados violentamente pelo marco hegemônico que regula os corpos e as sexualidades. As fotos, como testemunhos visuais, são tecnologias de uma prática argumentativa de resistência e fazem uso de uma nova ordem de reprodutibilidade e circulação das imagens para provocar o enquadramento das notícias. Houve uma emancipação do olhar do fot-jornalista como o único legitimado a apresentar imagens para as notícias, mas foi preciso que a morte como um ato repulsivo fosse inteligível ao marco de representação para que imagens de álbuns familiares ou de mídias sociais pudessem circular. Mas vítimas, sobreviventes e testemunhas buscam mais do que o luto público pela morte violenta; eles falam e representam a homofobia. É assim que morte, ferida e luto transitam como provas para o inquérito sobre a verdade que move as notícias. As fotografias são formas de rebelar-se contra a violência da discriminação: um gesto ambíguo, pois as imagens autenticam o sujeito como alguém marginal à norma, mas são também tecnologias de resistência pela exibição do que o marco hegemônico desrealiza. O inquérito, dizia Foucault (2002), é um tipo de gestão da vida – produz verdades pela investigação, faz perguntas a quem sabe. Eu adicionaria: o inquérito das notícias produz imagens como provas. A disputa é sobre como nomeá-las.

A homofobia é retratada nas notícias com diferentes enquadramentos, para os quais importa o estatuto do testemunho da imagem como prova. Para as vítimas, suas imagens precisam mostrar o horror da homofobia, mas também atestar o que a morte emudeceu – a vítima era um sujeito fora da heteronorma. É preciso, portanto, exibir a performance transgressora, o que acaba por movimentar uma estética rude de classificação e representação de outras sexualidades que não a heterossexual. A rudeza não está apenas na representação do corpo transgressor masculino por clichês visuais, mas na composição da imagem sobre o horror: Luiz Antônio foi fotografado em uma cama de hospital, ligado a tubos e inconsciente. Ele era o corpo sobrevivente no estado limite do representável – dali, apenas a cena seguinte, já sem rosto ou corpo, a fotografia de seu enterro.

Para os sobreviventes, a imagem age em solidariedade ao texto. André se fotografa e redige o próprio relato. O inquérito da notícia tem nele uma peça-chave; seus agressores são genericamente representados como “seguranças” sem nome ou rosto. É a ele que o inquérito da verdade faz perguntas; seus agressores são os que poderiam confessar, mas não se expõem. André se testemunha, mas também se postula como um noticiador de sua história, um feito não igualável por seus algozes. As fotos de seu corpo ferido foram retiradas de seus álbuns pessoais – é uma vítima com feridas no rosto, mas uma vítima que reclama ser ouvida. Se os agressores interpelaram o seu corpo e sua sexualidade com a força da injúria violenta, André é soberano em apresentar sua versão às notícias. Isso certamente não significa que os sobreviventes sejam capazes de romper o marco de desrealização que alimenta a homofobia, mas é na ambiguidade de apresentar-se como o corpo ferido que o testemunho move a engrenagem

do inquerito pela verdade. Ao menos neste breve momento do inquerito, sua voz e seu corpo são soberanos.

Para as testemunhas, a imagem move diferentemente a economia da verdade. Não se trata mais de realizar sexualidades fora da norma, mas de devolver vítimas e sobreviventes ao lugar da biografia e do afeto. Ou melhor, da existência para além das identificações sexuais e suas abjeções. José Ricardo era filho de Eleonora; ela, uma mãe que relembra histórias prosaicas da vida familiar. A investigação pela verdade se suspende e cede lugar a ontologias compartilhadas, que ignoram a desrealização provocada pela homofobia – Eleonora é uma mãe que chora o luto do filho brutalmente espancado. Ela é também uma ativista política, mas seu estatuto é de uma mãe enlutada pela homofobia. Passado e presente se misturam nas imagens de mãe e filho, pois o testemunho confunde quem foi vítima e quem é a sobrevivente. José Ricardo está morto, mas Eleonora é, também, uma sobrevivente da homofobia.

As imagens provocam um senso de permanência nas existências-relâmpagos retratadas pelas notícias. Elas não apenas ilustram as narrativas das vítimas, sobreviventes e testemunhas, mas atuam como testemunhos visuais da homofobia. A disputa sobre como nomear a violência não é resolvida na brevidade das notícias ou nas vozes dos noticiadores. O inquerito sobre a verdade tem nas imagens provas da realidade da homofobia, e é com esse estatuto que elas devem nos “tocar fundo” sobre um regime cruel de precarização da vida. Se há uma política da verdade em curso por esses testemunhos visuais, há também uma demanda ética por reconhecimento sobre a violência homofóbica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **A testemunha**. In: _____. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 25-48.

ALTHUSSER, Louis. **A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos**. In: _____. Sobre a reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Pequena história da fotografia**. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Volume 1. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo. Brasiliense. 1985. p. 91-108.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Despossession: the performative in the political**. Cambridge: Polity Press, 2013.

_____. **Frames of war: when is life grievable?** London: Verso, 2009.

_____. **The psyche life of power: theories in subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

CAVARERO, Adriana. **Horrorism: naming contemporary violence**. Translated by William McCuaig. New York: Columbia University Press, 2009.

DAS, Veena. El acto de presenciar. In: Ortega, Francisco A. (Ed.). **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Tradução de Magdalena Holguín. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2008. p. 217-250.

DIDI-HUBERMAN, George. **Imagens apesar de tudo**. Tradução de Vanessa de Brito e João Cachopo. Lisboa: KKYM, 2012.

FASSIN, Didier; D'HALLUIN, Estelle. **The truth from the body: medical certificates as ultimate evidence for asylum seekers**. *American Anthropologist*, v. 107, n. 4, p. 597-608, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: _____. Estratégias, poder-saber: ditos e escritos IV. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Morais. Rio de Janeiro. NAU, 2002.

LEVI, Primo. **Afogados e sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. 2. ed. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SONTAG, Susan. **Fotografia: uma pequena soma; Sobre a tortura dos outros**. In: _____. Ao mesmo tempo: ensaios e discursos. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 137-155.

_____. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Fotografias por ordem de aparição

FOTO 1: VEÍCULO RJTV Online; TÍTULO "Após laudo, polícia do Rio crê que caso em boate gay foi homicídio"; LIDE "Laudo do IML apontou 'ação contundente' na cabeça de Luiz Antonio. Cabeleireiro foi encontrado desmaiado e morreu no hospital na terça-feira". LEGENDA "Corpo é enterrado"; FOTÓGRAFO Marcelo Elizardo; REPÓRTER Redação.

FOTO 2: VEÍCULO Jornal O Dia; TÍTULO "Gay agredido morre e caso é tratado como homofobia"; LIDE "Polícia ouve funcionários da boate da Zona Oeste onde vítima foi encontrada"; LEGENDA "Rosalina se desesperou com a morte de Luiz: ele era alegre e ficou em coma"; FOTÓGRAFO Desconhecido/Arquivo Pessoal; REPÓRTER Caio Barbosa.

FOTO 3: VEÍCULO Extra Online; TÍTULO "Justiça decreta prisão de acusado de atropelar jovem homossexual três vezes em São Gonçalo"; LIDE - ; LEGENDA FOTO 1 "Eliwelton morreu depois de ser atropelado três vezes por uma van"; FOTÓGRAFO Desconhecido/Arquivo Pessoal; FOTO 2: Guilherme Pinto; REPÓRTER Ana Carolina Torres e Marina Navarro Lins.

FOTO 4: VEÍCULO UOL Notícias; TÍTULO “Ninguém admite que foi homofobia’, diz vítima de agressão após beijo gay”; LIDE: -; LEGENDA “André Barbosa antes e depois da agressão sofrida em boate de Balneário Camboriú (SC)”; FOTÓGRAFO Desconhecido/Arquivo Pessoal; REPÓRTER Gil Alessi.

FOTO 5: VEÍCULO Gazeta do Povo Online – PR; TÍTULO “Jovem afirma ter tido braço quebrado durante culto religioso”; LIDE “Ele afirma que desmaiou e foi segurado com força excessiva por pastores e obreiros. Igreja nega”; LEGENDA “Auxiliar de enfermagem afirma que teve o braço quebrado por pastores e obreiros durante culto religioso”; FOTÓGRAFO Antônio More; REPÓRTER Patrícia Pereira.

FOTO 6: VEÍCULO G1 – Pernambuco; TÍTULO “‘Tenho milhares de filhos para cuidar’, diz mãe que luta contra a homofobia”; LIDE “Eleonora Pereira perdeu o filho espancado até a morte, há 3 anos, no Recife. Desde o crime homofóbico, ela integra o movimento Mães pela Igualdade”; LEGENDA FOTO 1 “Na sala de casa, Eleonora mantém uma bandeira do movimento gay; o filho não sai da memória”; LEGENDA FOTO 2 “Eleonora ‘fez plantão’ junto às autoridades para esclarecer a morte do filho”; FOTÓGRAFO FOTO 1 Alexandre Moraes; FOTÓGRAFO FOTO 2 Desconhecido/Arquivo Pessoal; REPÓRTER Redação.